1. Os seres humanos quando nascem já possuem uma predisposição para o comportamento

sociável. As competências do bebé que o predispõem para a sociabilidade são:

* Competências percetíveis - A criança nasce provida de órgãos sensoriais que a torna apta a

captar o mundo, mediante a discriminação de estímulos visuais, auditivos, táteis, olfativos, etc.

* As competências simbólicas - Entre as capacidades que se incluem no património hereditário

da criança, conta-se a predisposição para a criação de sistemas linguísticos, meio poderoso de

incrementar a evolução do pensamento e a aproximação e interação com as pessoas.

* As competências cerebrais – É a maturação pré e pós-natal dos mecanismos corticais, em

correlação com o desenvolvimento de uma rede complexa de neurónios, que permite a

manifestação na criança de capacidades que se consideram especificamente humanas.

* As competências relacionais - A tendência para a relacionação das competências anteriores.

A ideia de que, muito precocemente, a criança revela sensibilidade e abertura ao ser humano é

amplamente aceite, considerando-se que já nasce predisposta para se relacionar-se com os

outros.

Apesar de a criança conter todas as competências acima descritas, elas ainda não estão numa

forma acabada, precisando de um meio social propício para as desenvolver.

2. Desde muito cedo que se verificou um interesse pelas questões relacionadas com a natureza

da linguagem, bem como pela importância das interações sociais. É neste contexto que surgem

as “crianças selvagens”.

As “crianças selvagens” é a designação usualmente atribuída a uma criança que cresceu e se

desenvolveu fora da sociedade, fora da cultura, fora da civilização, por vezes sozinha, por

vezes na companhia de animais, mas, em todos os casos, sempre longe dos modelos humanos

e das relações sociais.

Podemos constatar que há pelo menos três tipos de “crianças selvagens”: aquelas que terão

sobrevivido por si mesmo; aquelas que efetivamente parecem ter sido criadas e auxiliadas por

animais; e aquelas que cresceram em clausura, confinadas ao isolamento.

Na maioria dos casos, desconhece-se não só a idade em que as crianças deixaram de interagir

com seres humanos, mas também as circunstâncias que levaram ao seu abandono.

As investigações e registos sobre “crianças selvagens” mostram-nos que as relações precoces

com outros seres humanos são condições indispensáveis para o desenvolvimento das

competências linguísticas, cognitivas, afectivas, sociais e culturais. Mas se é verdade que existe uma disposição genética para que os seres vivos desenvolvam as

suas competências linguísticas e relacionais, porque é que as crianças privadas de interacções

sociais, depois de recolhidas, não recuperam estas capacidades? Haverá uma idade, um

período crítico a partir do qual o desenvolvimento e a aprendizagem dos comportamentos

especificamente humanos se tornam impossíveis ou ficam comprometidos?

Muitos investigadores parecem hoje concordar que há uma idade própria, um “período

sensível”, para desenvolver capacidades linguísticas. É neste período, a que muitos chamam

“janelas de oportunidades”, que a criança se humaniza, em resultado da interação social e do

contacto com os outros.

Passada a idade para desenvolver a linguagem – a infância – inúmeras possibilidades parecem

desaparecer, aparentemente de forma quase irreversível.

Em suma, as “crianças selvagens” mostram que a nossa humanidade não depende de fontes

genéticas, mas sobretudo da ação de socialização e dos padrões culturais.

3. Socialização é um processo pelo qual os indivíduos se integram num grupo social,

adquirindo as atitudes, as crenças e os valores mais significativos da cultura desse grupo e

assumindo-os como seus. Este processo refere-se a uma aprendizagem que um indivíduo faz

dos traços da cultura da sociedade em que vive. Trata-se da interiorização de todos os

comportamentos característicos de uma comunidade, os quais tendem a ser reproduzidos

pelas gerações vindouras.

4. A socialização primária decorre essencialmente durante a infância e a adolescência e tem

por objetivo a aquisição de um conjunto de hábitos necessários para uma adaptação às mais

diversas situações da vida quotidiana (Ex. aquisição de hábitos de alimentação, habituação no

domínio da linguagem).

A socialização secundária é o processo de adoção de novas atitudes e novos comportamentos

que permitem aos adultos continuar a viver integrados na comunidade; ocorre a propósito de

alterações significativas na condição social das pessoas (Ex. entrada no mundo do trabalho,

mudança de estado civil).

5. Existem diversas definições possíveis para esta noção. É um sistema de símbolos

compartilhados com que se interpreta a realidade e que conferem sentido à vida dos seres

humanos.

A cultura associa diversos elementos materiais e simbólicos, como as crenças, as teorias, os

valores, as artes, os costumes e as leis e as normas, que se organizam de uma forma dinâmica

e se inter-relacionam. Por exemplo, as crenças, os valores e as normas materializam-se nas produções culturais. Os seres humanos são produtos e produtores da cultura. A influência

entre os processos psicológicos e a cultura é mútua, dinâmica e permanente.

As diferentes culturas refletem as maneiras como as diversas comunidades encaram os

acontecimentos do passado, as necessidades de sobrevivência e as exigências do meio onde

vivem. Estes fatores fazem com que as variadas culturas adquiram características próprias,

levando a uma diversidade cultural. A cultura é o meio próprio da espécie humana, como se

fosse uma segunda natureza que garante a transmissão da humanidade e dos seus traços

característicos de geração em geração, através da aprendizagem social e das dinâmicas que

geram a sua mudança contínua.

6. O ser humano abarca com o peso de uma tradição social portadora de regras de conduta

que se lhe começam a impor logo após o nascimento. Assim, as respostas naturais, diretas e

instintivas vão sendo substituídas por outras menos naturais, mas de acordo com valores,

crenças e costumes próprios do contexto social em que o indivíduo se desenvolve. Os

carateres inatos perdem terreno em favor dos carateres adquiridos e de influência social. De

acordo com Lucien Malson, podemos afirmar que a vida primeira, denominada e regulada por

uma natureza dada, é substituída, no homem, pela existência criadora e ordenadora de uma

natureza adquirida. Esta natureza adquirida é a cultura. Cultura é a herança constituída por

condutas, ideias, costumes, sentimentos, atitudes e tradições comuns a uma coletividade e

transmitidos à geração seguinte.

No fundo, a noção de natureza remete para tudo o que no homem se deve ao inato, ao

hereditário, reporta-se ao domínio do espontâneo, designa tudo o que é comum a todos os

animais e é universal (as leis da natureza são comuns a seres vivos e seres humanos). Em

contrapartida, a cultura pertence ao domínio do adquirido, daquilo que se aprende e se

transmite por meio da influência social, rege-se por normas racionais, é a marca específica dos

seres humanos e é particular (cada cultura é um caso específico da adaptação humana à

natureza, de tal maneira que não há uma só cultura, mas sim uma diversidade de culturas).

Nos seres humanos, o papel da cultura é muito mais importante do que a ação dos padrões

genéticos, e isto pode ser facilmente verificado na expressão plástica e na versatilidade da

espécie humana no seu processo de adaptação ao meio.

7. As categorias básicas das condutas culturais são três: 1) construção de objetos materiais; 2)

produção de relações sociais; 3) criação de sistemas simbólicos de comunicação.

A primeira categoria básica de condutas é a que implica o fabrico de ferramentas, utensílios,

objetos ou materiais, da qual destacamos, por exemplo, as habitações, os hipermercados, as

igrejas, os automóveis, os barcos, as roupas, as barragens e os adereços. A segunda categoria é

a que implica o estabelecimento de relações sociais de cooperação, concorrência, domínio e

submissão, que contribuem para a organização e para o funcionamento de instituições como a família, as leis, os costumes, as autarquias, as constituições, o estado, as escolas, os tribunais,

os sindicatos, a moral, o ensino público ou privado. A terceira e última categoria básica de

condutas culturais é a que implica a elaboração e o uso de sistemas simbólicos de

comunicação, como no caso da linguagem oral ou escrita, música, teatro, códigos (como é o

caso do código morse), alfabetos, sistemas de numeração, sinais de trânsito, desenho,

Internet, literatura, pintura e dança.

8. O conceito de «padrão cultural» representa um conjunto de formas coletivas de

comportamentos que permitem aos seres humanos aferir a sua conduta e prever a conduta

dos outros. Os padrões de cultura estabelecem sistemas de controlo social, incidindo sobre o

comportamento das pessoas, definindo os limites do que é aceitável fazer e do que é

absolutamente proibido. Estabelecem sistemas de sanções (positivas ou negativas) e de

expetativas (o que podemos esperar dos outros e o que os outros podem esperar também de

nós próprios).

Um padrão cultural não é uma realidade estática, cada padrão cultural muda

permanentemente não só pela ação criadora, produtora de cultura, de cada um dos seus

membros, mas também através do contacto com outras culturas.

9. Os padrões culturais desempenham um importante papel na vida do ser humano, porque

permitem regular o comportamento dos indivíduos – são quadros de referência inculcados na

socialização – e permitem a sua integração social. Determinam uma consciência coletiva de

“normalidade social” e determinam as expetativas dos indivíduos e dos grupos sociais. Ao

definir um quadro de sanções sociais, os padrões de cultura delimitam também os

comportamentos que são tolerados e aprovados e aqueles que são objeto de repulsa, vistos

como “tabu”.

O indivíduo que se afaste do padrão sofre por parte da sociedade diversas pressões que vão

desde a crítica, à exclusão social ou mesmo à prisão (consoante as situações). O mesmo não

acontece a quem se integra plenamente: é reconhecido e aceite pelos outros, não entrando,

por isso, em conflitos.

10. Existe uma identidade múltipla no ser humano, na qual destacamos a identidade

específica, a sociocultural, a pessoal e a cósmica.

A identidade específica diz que nós, seres vivos, temos um cérebro com 1500 cm3

,

provenientes de formas elementares de vida que se insinuaram na Terra há 38 biliões de anos.

Dessas formas primitivas surgiram, por processos de complexificação crescente, os

hominídeos, que, com 600 cm3

de capacidade cerebral, já tinham aptidões para andar a pé e

fabricar utensílios. Foi necessária a passagem de milhões de anos para que aparecesse o sapiens do qual nós somos descendentes diretos. O atual sapiens sapiens é um ser bípede,

bímano e com um cérebro complexo que lhe permite o uso de sistemas simbólicos.

A identidade sociocultural diz que nós somos seres humanos a viver entre outros seres

humanos. Temos a capacidade para nos adaptar a qualquer região e clima da Terra, mas não

somos capazes de viver a não ser então seres da nossa espécie. A nossa morada é a sociedade

e só nela podemos construir a nossa humanidade, criar técnicas e instrumentos, ideias,

palavras, ciências e mitos. Para que isso seja possível, há-que observar certas normas e viver

segundo determinados padrões.

A identidade pessoal diz que quando nos propomos a fazer uma abordagem à história pessoal,

é neste tipo de identidade que acabamos por desembocar, em virtude de ser a que caracteriza

cada pessoa na sua singularidade. Esta identidade refere-se ao facto de cada um de nós ser

uma unidade irrepetível, uma organização original que nos individualiza como personalidade

singular.

A identidade cósmica, ou seja, cada pessoa é um ser que se enraíza no universo, fazendo parte

integrante dele. Somos constituídos de partículas elementares da natureza material, como

carbono, oxigénio e nitrogénio, forjadas há biliões de anos no interior estrelas.

Neste contexto, identidade, individualidade, personalidade e eu podem tornar-se sinónimos e

são conceitos que remetem para o que há de próprio em cada um de nós. Não sendo possível

sem as entidades anteriores, a identidade pessoal é a que constitui propriamente o nosso

“cartão de apresentação”, não permitindo que alguém se apresente em nosso lugar.

11. Tudo aquilo que nos acontece ao longo da nossa vida pode ser aceite como uma

experiência. As experiências vividas por cada indivíduo vão-lhe deixando marcas no seu modo

de ser. Assim, desde a nossa infância, todas as experiências por nós vividas, constituem forças

a interferir na direção seguida pela nossa auto-organização social.

As experiências mais calorosas de afeto e que constituem vivências gratificantes contribuem

positivamente para a formação da personalidade de quem as viveu. O facto de alguém se

sentir amado, as alegrias, as vitórias, as esperanças, o clima de festa e de confiança, as

brincadeiras, os incentivos e as expetativas contribuem para a estruturação de uma

personalidade confiante em si e nos outros, habilitada a resolver e enfrentar problemas e a

equacionar com otimismo o futuro, que se almeja feliz.

Caso contrário, se a vida de um indivíduo for marcada por carências afetivas, por situações

penosas, por hostilidades nas relações sociais, por situações frustrantes e conflituosas, então o

desenvolvimento harmonioso da sua personalidade corre o risco de ficar comprometido. Por

exemplo, a convivência com a doença, o sofrimento, os desgostos e as desilusões, as situações

de violência, ódio e traição, o abandono e as chantagens psicológicas influenciam de forma

negativa a construção de uma identidade pessoal que deveria ter sido orientada para o bemestar

e para o sucesso. As experiências não são encaradas como boas ou más, podem é contribuir positiva ou

negativamente para a formação de uma personalidade, e nunca podem ser neutras, não

sendo, por isso, possível atribuir, com objetividade, os seus significados. As experiências, cada

indivíduo vive de modo particular, por isso, o seu contributo subjetivo varia de pessoa para

pessoa, podendo ser mais ou menos intenso, dependendo da interpretação que só essa pessoa

pode fazer (ao atribuir um significado para as nossas experiências, cada ser humano integra os

seus modos de ser, agir, pensar, sentir e ver face a si próprio e ao mundo).

12. A auto-organização é uma construção consciente da nossa individualidade, é o modo como

a nossa história pessoal integra todas as vivências e influências de fatores genéticos e culturais.

A auto-organização é o modo como os seres humanos agem para criar ordem e sentido ao

conjunto múltiplo de experiências vividas. A auto-organização permite-nos construir um

sentido coerente e contínuo, de nós e do mundo envolvente. A auto-organização é o modo

próprio como cada um inclui na sua história de vida pessoal o fluxo de experiências resultantes

do nosso encontro com o mundo – este conceito representa a nossa capacidade de

autodeterminação e de autonomia.

13. Desde que nascemos até que morremos, somos objeto de uma pressão social, ou seja,

estamos sujeitos a um processo de socialização e de influência cultural. O homem é forçado a

socializar-se, mas é esta obrigação exterior que o leva ao exercício efetivo e pleno da sua

liberdade, bem como da sua autonomia pessoal. A pressão social é feita pela socialização, pois

interiorizamos o modo de ser, agir e pensar de acordo com o que a sociedade estabelece como

«padrão» aceitável para a nossa conduta individual. A pressão social busca ajustar a

comportamento de cada indivíduo e facilitar a sua integração social. Será que isto dizer que

deixamos de ser livres? Obviamente que a resposta é “não”. Só conseguimos ser livres em

relações sociais de interdependência, em relações que criamos com outros seres humanos – a

liberdade é relativa, é um dado relacional, “ser-livre” é “ser livre com”, e isso só é possível

numa sociedade organizada que deixa sempre espaço para cada um, enquanto ser livre, “autoorganizar-se”

e, assim, decretar a sua individualidade nos limites que a própria sociedade

impõe exteriormente a cada um.

14. Herança genética e legado cultural são dois conceitos distintos. A herança genética é aquilo

que herdamos biologicamente, é aquilo que é inato, o que nasce connosco, diz respeito à

hereditariedade, o património comum da humanidade inscrito no genoma e é transmitido por

via do ADN.

Por sua vez, o legado cultural diz respeito a todo o património material e espiritual que é

transmitido por via da educação e da socialização às gerações futuras, refere-se a tudo o que é

adquirido. O que se pode concluir com a distinção destes dois conceitos é que o homem é um ser «bio

sociocultural», ou seja, uma síntese de genética e de cultura, sendo relevante assinalar que na

humanidade a cultura faz regredir a influência das reacções instintivas.

15. A diversidade humana refere-se ao facto de nenhum ser humano ser igual a outro – a

diversidade é a condição da individuação. Não conseguimos encontrar dois indivíduos

exatamente iguais, porque existem diferenças no género, na idade, na estatura, nas feições, no

cabelo, etc. Para além das diferenças visíveis, também existem divergências mais ocultas, tais

como o funcionamento geral do organismo, o estado de saúde e os ritmos biológicos, as

dissemelhanças no que diz respeito à inteligência, à memória, à capacidades de aprender, de

fazer associações, de raciocinar e até de sentir. As respostas emocionais e os sentimentos

também variam de pessoa para pessoa. Em suma, são inúmeras as diferenças que podemos

encontrar nos seres humanos.

É esta enorme diversidade que constitui a riqueza humana, que a todos beneficia, pois todos

nós apreciamos a nossa individualidade. A diversidade é condição da individualização. A

diversidade em todos os seus aspetos (biológico, cultural e social) é a condição essencial para

que as pessoas construam de modo original a sua história pessoal, conferindo significados a

tudo o que acontece consigo e ao que veem acontecer em seu redor.

Se associarmos as diferenças estruturais e funcionais da biologia, a heterogeneidade dos

elementos culturais, a diversidade dos contextos sociais e as experiencias significativas aí

ocorridas, o leque de diversidade amplia-se, mostrando como é possível as pessoas

manifestarem carateres que as individualizam, tendo cada uma a sua forma de ser, estar,

sentir e se comportar.

A diversidade biológica refere-se em particular à biologia do nosso corpo, ou seja, aquilo que

nos constitui a nível físico. Apesar da nossa informação genética ser semelhante à dos nossos

progenitores, nunca chega a ser totalmente igual, o que faz com que, logo à partida, todos os

seres sejam diferentes ao nível biológico, pois se nem os nossos pais conseguem ser iguais

biologicamente a nós. E se assim se verifica em relação aos nossos ascendentes diretos, as

diferenças genéticas serão muito mais acentuadas em relação a pessoas que não fazem parte

da nossa família. A experiência de vida também é um fator que contribui para a diversidade

biológica, pois o indivíduo, ao longo da sua vida, vai evoluindo a nível da inteligência, o que faz

com que as diferenças nos neurónios comecem a acentuar-se, com as aprendizagens, as

lembranças e as experiências mais significativas.

Num nível mais global, temos a diversidade cultural que agrupa um certo número de

indivíduos que se fazem diferenciar de todos os outros nos saberes, nos valores, nos hábitos

sociais e nas específicas práticas de vida. A diversidade cultural faz-se notar em exemplos

concretos e observáveis no decorrer do dia-a-dia, tais como o vestuário, o modo de satisfazer

as suas necessidades alimentares, as crenças religiosas, etc. Finalmente, as convivências e as experiências do quotidiano fazem acentuar uma maior

diversidade social, pois, por exemplo, nem todas as pessoas têm a mesma família, o que

proporciona diferentes oportunidades e experiências com a família. Nem todas as pessoas

frequentam a mesma escola, o que faz com que, devido a projetos educativos específicos e

com professores de orientações e formações desiguais, os alunos alcancem resultados

diferentes no que diz respeito tanto a aprendizagens cognitivas, como a questões de civismo,

educação, sensibilidade, iniciativa, criatividade ou força de caráter entre outras.

Pelo exposto, podemos destacar quatro vantagens da diversidade humana, a saber: é um

importante fator de aprendizagem, o convívio com pessoas diferentes aumenta as hipóteses

de efetuar novas aprendizagens; é um fator de abertura e tolerância, o convívio com outras

pessoas desbrava horizontes novos, levando-nos à descoberta de valores que nos deixarão

mais ricos; é um fator de desenvolvimento intelectual, a coexistência com pessoas faculta um

número superior de possibilidades de exercitar as nossas competências mentais; finalmente é

um fator de progresso cultural, a diversidade possibilita a renovação em todas as culturas.

Trabalho realizado por:

- Daniel Sebastião nº 2

- Diogo Palma nº 3

- Gonçalo Paulos nº 4

- Luís Diogo nº 5

- Miguel Baltazar nº 8